

SUMÁRIO

PARTE 1

INTRODUÇÃO: PROCEDIMENTO NAS TURMAS REGIONAIS E NA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO, AGRAVO REGIMENTAL, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E RECLAMAÇÃO)	27
--	----

PARTE 2

ORIENTAÇÕES SOBRE A PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA JUNTO A TNU, TRUs E TRs ...	79
--	----

PARTE 3

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE TEMPO E APOSENTADORIA ESPECIAL POR AGENTES NOCIVOS	97
--	----

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS 97

1. FATOR DE CONVERSÃO	97
1.1. RETROATIVIDADE DO FATOR 1.4	97
1.2. MOMENTO DE APLICAÇÃO	98
1.3. COMUM EM ESPECIAL	98
1.4. ESPECIAL EM COMUM	99
2. COMPROVAÇÃO DO TEMPO ESPECIAL	100
2.1. LEIS NO TEMPO	100
2.1.1. ENTRE 29/04/95 A 05/03/97	100
2.1.2. ENTRE 05/03/97 E 01/01/04	100
2.2. ANÁLISE QUANTITATIVA X QUALITATIVA	100
2.3. AGENTE RECONHECIDAMENTE CANCERÍGENO	101
2.4. RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	102
2.5. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA	103
2.5.1. ANTES E DEPOIS DA LEI 9.032/95	103
2.5.2. PRESUNÇÃO AO SÓCIO-GERENTE	103
2.5.3. AGENTES BIOLÓGICOS	104
2.6. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP)	105

2.6.1. NECESSIDADE DE IMPUGNAÇÃO IDÔNEA	105
2.6.2. RESPONSÁVEL PELOS REGISTROS AMBIENTAIS E MONITORAÇÃO BIOLÓGICA	105
2.6.3. MOMENTO DE CONFECÇÃO OU APRESENTAÇÃO E EFEITOS FINANCEIROS	107
2.6.4. MENÇÃO À TÉCNICA DA DOSIMETRIA OU AO DOSÍMETRO	107
2.7. INDICAÇÃO GENÉRICA	108
2.7.1. HIDROCARBONETOS/ÓLEOS E GRAXAS	108
2.7.2. AGROTÓXICOS	109
2.7.3. TINTAS E SOLVENTES	109
2.7.4. AGENTES BIOLÓGICOS	110
2.7.5. FUMOS METÁLICOS	111
2.7.6. POEIRAS MINERAIS	111
2.8. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)	111
2.8.1. CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DA SUA EFICÁCIA	111
2.8.2. PERÍODO ANTERIOR À 03/12/98	112
2.8.3. NÃO UTILIZAÇÃO DELIBERADA	113
2.8.4. REEXAME DE PROVA	114
2.8.5. AGENTES CANCERÍGENOS	115
2.8.6. RUÍDO	115
2.8.7. AGENTES BIOLÓGICOS EM AMBIENTE HOSPITALAR	116
2.9. LAUDO PERICIAL	117
2.9.1. EXTEMPORÂNEO	117
2.9.2. ADICIONAL DE RADIAÇÃO IONIZANTE EM GRAU MÁXIMO	118
2.9.3. EFEITOS FINANCEIROS	118
2.9.4. PERÍCIA INDIRETA	120
3. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	121
4. MARÍTIMO EMBARCADO	122
5. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE E TEMPO ESPECIAL	122
CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL	123
1. ASPECTOS GERAIS	123
1.1. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	123
1.2. EMPREGO DA ANALOGIA E ROL EXEMPLIFICATIVO	124
2. CATEGORIAS PROFISSIONAIS	125
2.1. PROFESSOR	125

2.2. VIGILANTE	126
2.2.1. EQUIPARADO À GUARDA	126
2.2.2. NECESSIDADE DE USO DE ARMA DE FOGO	127
2.3. ELETRICISTA	128
2.4. SERVIÇOS GERAIS EM AMBIENTE HOSPITALAR	129
2.5. AUXILIAR DE LABORATÓRIO	130
2.6. TRABALHADORES NA AGROPECUÁRIA	131
2.7. FRENTISTA	132
2.8. PEDREIRO	133
2.9. ENGENHEIRO	135
2.9.1. ENGENHEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES	135
2.9.2. ENGENHEIRO CIVIL	135
2.9.3. ENGENHEIRO MECÂNICO	135
2.10. MOTORISTA	136
2.10.1. DE CAMINHÃO/ÔNIBUS	136
2.10.2. DE AMBULÂNCIA	137
2.10.3. TRANSPORTE DE INFLAMÁVEIS	137
2.10.4. TRATORISTA	137
2.10.5. OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	138
2.10.6. OPERADOR DE EMPILHADEIRA	138
2.11. COBRADOR DE ÔNIBUS	138
2.12. FERRAMENTEIRO	139
2.13. TÉCNICO AGRÍCOLA	139
2.14. TECELÃO	140
2.15. PINTOR DE PISTOLA	141
2.16. TORNEIRO MECÂNICO	141
2.17. ATIVIDADE DE TRIPARIA	141
2.18. TRABALHADOR FLORESTAL	142
CAPÍTULO 3 – ENQUADRAMENTO POR AGENTES NOCIVOS	142
1. QUÍMICOS	142
1.1. ÓLEOS E GRAXAS	142
1.2. CIMENTO	143

1.3. FORMOL	143
1.4. AMIANTO	144
1.5. NEGRO DE FUMO	145
1.6. TOLUENO / XILENO	145
1.7. XILOL / ETIL CETONA / ISOBUTIL CETONA	147
1.8. AMÔNIA	147
1.9. Cloro	147
2. RUÍDO	148
2.1. LIMITES DE TOLERÂNCIA	148
2.2. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO	149
2.2.1. NHO-01 OU NR-15	149
2.2.2. MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES E PICO DE RUÍDO	150
3. BIOLÓGICO	151
3.1. ROL EXEMPLIFICATIVO	151
3.2. CARÁTER INDISSOCIÁVEL	152
3.3. EMENDA CONSTITUCIONAL 120/22	153
3.4. AÇOUQUEIRO	154
4. CALOR	154
4.1. FONTES NATURAIS	155
4.2. METODOLOGIA DE MEDIÇÃO	155
4.2.1. IBUTG	155
4.2.2. TAXA DE METABOLISMO	156
4.3. CALOR INTERMITENTE	157
5. FRIO	157
6. UMIDADE	158
7. RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	158
8. POEIRA	159
9. PRESSÃO ATMOSFÉRICA	159
10. TREPIDAÇÃO/VIBRAÇÃO	160
CAPÍTULO 4 – PERICULOSIDADE APÓS 05/03/97	161
1. INDEPENDENTE DE PREVISÃO LEGAL	161
2. SOMENTE COM BASE EM LTCAT	161
3. VIGILANTE	162

4. ELETRICIDADE	164
5. LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS	166

PARTE 4

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE LABORATIVA	167
--	-----

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS 167

1. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS, SOCIAIS E ECONÔMICAS	167
1.1. SEGURADO CAPAZ AO LABOR	167
1.2. INCAPACIDADE PARCIAL	168
1.3. HIV (AIDS)	169
1.4. OUTRAS DOENÇAS INCAPACITANTES	170
2. INCAPACIDADE PREEXISTENTE	171
3. INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL	173
4. INTERDIÇÃO NA JUSTIÇA ESTADUAL	174
5. CUMULAÇÃO	174
5.1. COM EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORATIVA	174
5.2. AUXÍLIO-ACIDENTE	176
5.3. SEGURO-DESEMPREGO	176
5.4. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	177
5.4.1. EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO	177
5.4.2. PENSÃO POR MORTE DE TRABALHADOR RURAL	177
6. RENÚNCIA À APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	178

CAPÍTULO 2 – ASPECTOS JUDICIAIS 179

1. POSSIBILIDADE DE REVISÃO ADMINISTRATIVA QUANDO HÁ PROCESSO JUDICIAL EM TRÂMITE	179
2. AUSÊNCIA DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO E INTERESSE DE AGIR	180
2.1. AUXÍLIO-DOENÇA	180
2.2. AUXÍLIO-ACIDENTE	180
3. EFEITOS FINANCEIROS	181
3.1. DATA DE ENTRADA DO REQUERIMENTO (DER)	181
3.2. DATA DA CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO (DCB)	182
3.3. DATA DA CITAÇÃO	182
3.4. DATA DA PERÍCIA JUDICIAL	183

3.5. DATA DO INÍCIO DA INCAPACIDADE (DII)	184
3.6. DOCUMENTO NOVO NO PROCESSO JUDICIAL	185
4. LAUDO PERICIAL	185
4.1. CONFRONTO COM LAUDO PARTICULAR	185
4.2. NECESSIDADE DURANTE A PANDEMIA COVID-19	186
4.3. NECESSIDADE EM QUALQUER PERÍODO	187
4.4. PERÍCIA POR ESPECIALISTA	187
CAPÍTULO 3 - BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE	188
1. AUXÍLIO-DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	188
1.1. DCB	188
1.1.1. ALTA PROGRAMADA	188
1.1.2. DCB SUPERIOR A 120 DIAS	190
1.1.3. PRAZO DE RECUPERAÇÃO	190
1.2. AUXÍLIO-DOENÇA PARENTAL	191
1.3. REQUERIMENTO TARDIO	192
1.4. DICIONAL DE 25% DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	192
1.4.1. TERMO INICIAL	192
1.4.2. EXTENSÍVEL PARA OUTROS BENEFÍCIOS	193
2. AUXÍLIO-ACIDENTE	194
2.1. HIPÓTESES DE CONCESSÃO	194
2.2. CONCEITO DE "ACIDENTE DE QUALQUER NATUREZA"	196
2.3. SEGURADOS	196
2.3.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	196
2.3.2. SEGURADO FACULTATIVO	197
2.4. CUMULAÇÃO	197
2.4.1. COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	197
2.4.2. COM QUALQUER APOSENTADORIA	198
2.4.3. DECADÊNCIA E ACUMULAÇÃO INDEVIDA	198
2.4.4. COM MANDATO ELETIVO DE VEREADOR	199
2.4.5. LOAS	199
3. REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	200
4. RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA	201
4.1. CONDICIONADA À PROCEDIMENTO CIRÚRGICO	201

4.2. REAVALIAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E HIV	202
4.3. CESSAÇÃO DA INVALIDEZ	203

PARTE 5

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE BPC/LOAS	205
--	-----

CAPÍTULO 1 – ASPECTOS GERAIS

1. RENOVAÇÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	205
2. EFEITOS FINANCEIROS	206
3. CONCEITO DE DEFICIÊNCIA PARA O MENOR DE 16 ANOS	206
4. INSCRIÇÃO NO CADÚNICO	207
5. INTERNAÇÃO POR MEDIDA DE SEGURANÇA	208

CAPÍTULO 2 – REQUISITO MÉDICO

1. IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO	208
2. INCAPACIDADE PARCIAL E TEMPORÁRIA	211
3. HIV ASSINTOMÁTICO	211
4. SURDO-MUDO	213
5. VISÃO MONOCULAR	213
6. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	214
7. PERÍCIA POR MÉDICO ESPECIALISTA	214

CAPÍTULO 3 – REQUISITO ECONÔMICO

1. CRITÉRIO OBJETIVO	215
2. SUBSIDIARIEDADE DO ESTADO	215
3. RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO SUPERIOR AO SALÁRIO-MÍNIMO	216
4. NECESSIDADE DE NOVA AVALIAÇÃO EM JUÍZO	217
5. COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR	220
6. REEXAME DE PROVAS	220
7. BOLSA-FAMÍLIA	221

PARTE 6

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE AÇÕES REVISIONAIS DE RENDA DE BENEFÍCIOS E AFINS	223
--	-----

CAPÍTULO 1 – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	223
1. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	223
1.1. INICIAL	223
1.2. DE REVISÃO	224
1.2.1. <i>DIES A QUO</i>	224
1.2.2. INTERRUPTÃO DO PRAZO	226
1.2.3. RECEBIMENTO DE PARCELAS VENCIDAS	227
2. IMPUGNAÇÃO AO ATO DE INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO	227
3. QUESTÕES NÃO ANALISADAS PELA ADMINISTRAÇÃO	228
4. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	232
5. DIREITO AO MELHOR BENEFÍCIO	233
6. REVISÃO DE BENEFÍCIO ORIGINÁRIO	234
7. AÇÃO COLETIVA X AÇÃO INDIVIDUAL	235
8. DECADÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO	236
8.1. EM CASO DE BENEFÍCIO IRREGULAR	236
8.2. NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 6.309/75	236
8.3. CESSAR INVALIDEZ PELA RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE OU REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	237
8.4. ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO REVISIONAL PELO INSS	237
9. ENUNCIADO nº 260 DA SÚMULA DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (TFR)	238
10. REVISÃO DO ART. 29, INCISO II, DA LEI 8.213/91	238
11. APLICAÇÃO RETROATIVA DA MP 1.523/97	240
12. READEQUAÇÃO DOS TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03	241
13. IRSM E MP 201 DE 26/07/04	242
CAPÍTULO 2 – EFEITOS FINANCEIROS	244
1. DO REQUERIMENTO DE REVISÃO	244
2. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	245
3. REAFIRMAÇÃO DA DER	246
4. COMPLEMENTAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES	249
CAPÍTULO 3 – REVISÕES EM ESPÉCIE	250
1. LEI 6.950/81 E PERÍODO DO “BURACO NEGRO”	250
2. ART. 58 DO ADCT	251
3. OTN/ORTN	252

4. URV E LEI 8.880/94	252
5. IRSM	253
6. MP 1.415/1996 CONVERTIDA NA LEI 9.711/98	254
7. IGP-DI NOS ANOS DE 1997, 1999, 2000 E 2001	255
8. FORMA DE CÁLCULO EM MOMENTO ANTERIOR À LEI 9.876/99	255
9. REVISÃO DA VIDA TODA (RVT)	257
10. REVISÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE NA VIGÊNCIA DA MP 242/05	259
11. DIVISOR MÍNIMO	260
11.1. LEI 9.876/98	260
11.2. ENTRE A EC 103/19 E A LEI 14.331/22	261
12. EMENDAS CONSTITUCIONAIS	261
12.1. 20/98 E 41/03	261
12.1.1. REGRAS ANTERIORES À CF/88	261
12.1.2. DIREITO ADQUIRIDO ATÉ A EC 20/98	262
12.1.3. COEFICIENTE DE INCREMENTO	262
12.1.4. ÍNDICE-REAJUSTE TETO (IRT)	263
12.2. EC 103/19	264
12.2.1. INCONSTITUCIONALIDADE DA FORMA DE CÁLCULO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ NÃO ACIDENTÁRIA	264

PARTE 7

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE ATIVIDADE RURAL	265
---	-----

CAPÍTULO 1 – SEGURADOS 265

1. MENOR DE IDADE	265
1.1. ATÉ 12 ANOS DE IDADE	265
1.2. ENTRE 12 E 14 ANOS	266
2. CARVOEIRO	266
3. EMPREGADO RURAL	267
4. BOIA-FRIA	268
5. SERINGUEIRO	268
6. CASEIRO	269
7. COZINHEIRA	269
8. MOTORISTA DE CAMINHÃO	270
9. PESCADOR ARTESANAL	270

9.1. NECESSIDADE DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	270
9.2. ITENS PRESENTES NA GUIA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	271
9.3. REGULARIDADE DO REGISTRO GERAL DE ATIVIDADE PESQUEIRA (RGP)	271
9.4. DEFESO NO BIÊNIO 2015/2016	272
CAPÍTULO 2 – PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	273
1. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL	273
1.1. MOMENTO DE AFERIÇÃO DO TEMPO RURAL	273
1.2. VÍNCULO URBANO SUPERIOR A 120 DIAS (LEI 11.718/08)	275
1.3. RECEBIMENTO DE LOAS NO PERÍODO DE CARÊNCIA	277
2. APOSENTADORIA HÍBRIDA	277
2.1. TEMPO RURAL REMOTO	277
2.2. REQUISITO ETÁRIO E NATUREZA RURAL DA ATIVIDADE	278
2.3. CUMULAÇÃO COM APOSENTADORIA NO RPPS	279
3. DIREITO AO AUXÍLIO-ACIDENTE	279
4. TEMPO RURAL ANTERIOR A 1991 E APOSENTADORIA URBANA POSTERIOR	280
5. PENSÃO POR MORTE RURAL	281
5.1. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO	281
5.2. CUMULAÇÃO	281
5.2.1. COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	281
5.2.2. COM APOSENTADORIA RURÍCOLA	282
6. SALÁRIO-MATERNIDADE	282
CAPÍTULO 3 – COMPROVAÇÃO DO TEMPO RURAL	283
1. MÓDULO RURAL	283
2. DOCUMENTOS RURAIS	284
2.1. CONTEMPORÂNEOS	284
2.2. INÍCIO VÁLIDO DE PROVA MATERIAL	286
2.3. CERTIDÃO DE CASAMENTO	286
2.4. CERTIDÃO DE ÓBITO	288
2.5. EM NOME DE TERCEIROS	288
2.6. EMPREGADO RURAL	289
2.6.1. PARA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL	289
2.6.2. PROVA DO MARIDO EMPREGADO RURAL	290

3. COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	290
4. RAMO DA ATIVIDADE ECONÔMICA E TRABALHO RURAL	290
5. CONCOMITÂNCIA COM ATIVIDADES ESCOLARES	291
6. CTPS	292
7. ATIVIDADE URBANA INTERCALADA	292
8. TRABALHO URBANO DO NÚCLEO FAMILIAR	293
8.1. CÔNJUGE URBANO E PERCEPÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA	293
8.2. COMPONENTE URBANO NO NÚCLEO FAMILIAR	294
9. DIB NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	295

PARTE 8

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE PENSÃO POR MORTE, AUXÍLIO-RECLUSÃO E SALÁRIO-MATERNIDADE	297
---	------------

CAPÍTULO 1 – PENSÃO POR MORTE 297

1. ASPECTOS GERAIS	297
1.1. LEI PREVIDENCIÁRIA NO TEMPO	297
1.1.1. LEI COMPLEMENTAR 11/71	297
1.1.2. LEI 6.179/74	297
1.1.3. MP 1.596-14/97 CONVERTIDA NA LEI 9.528/97	298
1.1.4. MP 664/2014 CONVERTIDA NA LEI 13.135/15	298
1.1.5. MP 871/19 CONVERTIDA NA LEI 13.846/19	299
1.2. EFEITOS FINANCEIROS	300
1.2.1. REQUERIMENTO TARDIO	300
1.2.2. HABILITAÇÃO TARDIA	301
1.3. BENEFÍCIO MAIS VANTAJOSO	302
1.4. INÍCIO DE PROVA MATERIAL	303
1.5. PRAZO DE DURAÇÃO	304
2. INSTITUIDOR	305
2.1. REGULARIZAÇÃO POST MORTEM	305
2.1.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	305
2.1.2. FACULTATIVO DE BAIXA-RENDA	306
2.2. QUE RECEBIA LOAS	307
2.3. QUE PERDEU A QUALIDADE DE SEGURADO	308

2.4. APOSENTADORIA NO RPPS	309
2.5. CRIME DE HOMICÍDIO	309
2.6. EX-COMBATENTE	310
3. DEPENDENTES	311
3.1. CÔNJUGE OU COMPANHEIRA(O)	311
3.1.1. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA ABSOLUTA OU RELATIVA	311
3.1.2. SOMA DE PERÍODO INTERCALADO DE CONVIVÊNCIA	312
3.1.3. ÓBITO ANTERIOR À CF/88	312
3.1.4. NOVO CASAMENTO	313
3.1.5. EX-CÔNJUGE QUE NÃO RECEBIA ALIMENTOS	314
3.1.6. RATEIO ESPOSA/CONCUBINA	314
3.1.7. RATEIO ENTRE UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS	315
3.2. FILHOS	315
3.2.1. NASCITURO	315
3.2.2. UNIVERSITÁRIO MAIOR DE 21 ANOS	316
3.2.3. MAIOR INVÁLIDO	317
3.3. GENITORES	318
3.3.1. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA EXCLUSIVA	318
3.3.2. INÍCIO DE PROVA MATERIAL (IPM)	319
3.4. MENOR SOB GUARDA	319
3.5. EX-FERROVIÁRIO DA RFFSA	321
CAPÍTULO 2 – AUXÍLIO-RECLUSÃO	322
1. TEMPUS REGIT ACTUM	322
2. INSTITUIDOR	322
2.1. FACULTATIVO DE BAIXA-RENDIA	322
2.1.1. FLEXIBILIZAÇÃO DO CRITÉRIO OBJETIVO	322
2.1.2. DIVISOR NOS 12 MESES ANTERIORES À PRISÃO	323
2.2. DESEMPREGADO	324
2.3. EM GOZO DE SALÁRIO-MATERNIDADE	326
2.4. PROGRESSÃO DE REGIME	326
2.5. PRISÃO DOMICILIAR	327
2.6. FUGA DO SEGURADO	327
2.7. INÍCIO DE PROVA MATERIAL	328

3. DEPENDENTES	328
3.1. PRESCRIÇÃO DO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ	328
3.2. CONCEPÇÃO APÓS A PRISÃO	329
3.3. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO	329

CAPÍTULO 3 – SALÁRIO-MATERNIDADE 329

1. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA SEGURADA EMPREGADA	329
2. FORMA DE CÁLCULO NO PERÍODO DE GRAÇA	330
3. ADOÇÃO DE MENOR ACIMA DE 12 ANOS DE IDADE	330
4. SEGURADA DESEMPREGADA	331
5. DEMISSÃO	332
5.1. DURANTE O PERÍODO DE ESTABILIDADE	332
5.2. SEM JUSTA-CAUSA	332
6. AO GENITOR, EM CASO DE ÓBITO DA SEGURADA, ANTES DA LEI 12.873/13	333
7. SEGURADA GESTANTE NA PANDEMIA COVID-19	334
8. AVÓ GUARDIÃ	335

PARTE 9

JURISPRUDÊNCIA DA TNU SOBRE TEMAS MISTOS	337
---	-----

CAPÍTULO 1 – QUALIDADE DE SEGURADO 337

1. SEGURADOS	337
1.1. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	337
1.2. EMPREGADA DOMÉSTICA	338
1.3. FACULTATIVO DE BAIXA RENDA	340
1.3.1. ATIVIDADE INFORMAL	340
1.3.2. CADÚNICO	340
1.3.3. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO	342
1.4. ALUNO-APRENDIZ	343
1.5. SEMINARISTA	345
1.6. CÔNJUGES COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	346
1.7. FERROVIÁRIO	347
1.7.1. DEFINIÇÃO	347
1.7.2. COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA OU PENSÃO	347

2. MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO	348
2.1. PRESO FORAGIDO	348
2.2. TUTELA ANTECIPADA REVOGADA	348
2.3. CONCESSÃO IRREGULAR	348
2.4. RECOLHIMENTO INFERIOR AO MÍNIMO MENSAL DA CATEGORIA	349
2.5. FIM DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO SEM RESCISÃO	350
2.6. CONTRIBUINTE EM DOBRO	350
2.7. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE	350
2.7.1. MARCO PARA EXAME	350
2.7.2. AUXÍLIO-ACIDENTE	351
2.7.3. PERÍODO INTERCALADO DE BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE	352
2.7.4. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO ANTERIOR À DII	353
2.7.5. LIMBO TRABALHISTA-PREVIDENCIÁRIO	353
2.8. RECOLHIMENTO DE 120 CONTRIBUIÇÕES	354
2.8.1. INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO JURÍDICO DO SEGURADO	354
2.8.2. RECOLHIMENTO ININTERRUPTO	356
2.9. SITUAÇÃO DE DESEMPREGO	356
2.9.1. DESEMPREGO VOLUNTÁRIO	356
2.9.2. <i>DIES A QUO</i> EM GOZO DE AUXÍLIO-DOENÇA	357
2.9.3. AUSÊNCIA DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO	357
2.9.4. CONTRATO A TERMO	359
2.9.5. SEGURO-DESEMPREGO	360
2.9.6. EXERCÍCIO HABITUAL DE ATIVIDADE ILÍCITA	360
2.9.7. SEGURADO ESPECIAL	360
2.9.8. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL	361
CAPÍTULO 2 - CARÊNCIA	363
1. DE ACORDO COM AS LEIS NO TEMPO	363
1.1. TEMPO RURAL ANTERIOR À LEI 8.213/91	363
1.2. ART. 142 DA LEI 8.213/91	363
1.3. MP 739/16 e MP 767/17	365
1.4. REGRA DE TRANSIÇÃO DA EC 103/19	366
2. NECESSIDADE DE CONTRIBUIÇÃO	367
3. CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO	367

4. SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO	369
5. CONVERSÃO DE ESPECIAL EM COMUM	369
6. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE	370
6.1. INTERCALADO ENTRE PERÍODOS CONTRIBUTIVOS	370
6.1.1. MENSALIDADE DE RECUPERAÇÃO	373
6.1.2. RECOLHIMENTO POSTERIOR A PQS	373
6.2. PREENCHIMENTO ANTES DA DII	374
7. REINGRESSO NO RGPS APÓS O INÍCIO DA GRAVIDEZ	374
8. HIPÓTESES DE DISPENSA DE CARÊNCIA	374
8.1. ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC)	374
8.2. GRAVIDEZ DE ALTO RISCO	375
8.3. VISÃO MONOCULAR	376
8.4. DOENÇA PREEXISTENTE	376
CAPÍTULO 3 - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E RENDA MENSAL INICIAL	377
1. TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	377
1.1. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA	377
1.2. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL (CTPS)	378
1.2.1. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE	378
1.2.2. ANOTAÇÃO EXTEMPORÂNEA	378
1.3. AVISO PRÉVIO INDENIZADO	380
1.4. CONTRATAÇÃO NULA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	380
1.5. LEI COMPLEMENTAR 142/13	381
1.6. INDENIZAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES APÓS A EC 103/19	382
2. RENDA MENSAL INICIAL (RMI)	383
2.1. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	383
2.2. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	384
2.3. ATIVIDADES CONCOMITANTES	385
2.4. TÁBUA DE MORTALIDADE DO IBGE	386
2.5. SEM SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	387
2.5.1. AUXÍLIO-ACIDENTE	387
2.6. AVERBAÇÃO RURAL NA APOSENTADORIA POR IDADE URBANA	387
2.7. ACORDO BRASIL X PORTUGAL	388

2.8. FATOR PREVIDENCIÁRIO	389
2.8.1. NA APOSENTADORIA DE PROFESSOR	389
2.8.2. TEMPO RURAL ANTERIOR À LEI 8.213/91	391
2.9. ART. 29, § 5º DA LEI 8.213/91	391
2.10. AUSÊNCIA DE PROVA DE PARTE DO SC NO PBC	392
CAPÍTULO 4 – CONTAGEM RECÍPROCA	392
1. CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS	392
2. CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	393
3. AVERBAÇÃO RURAL	394
4. TEMPO MILITAR	395
5. ATIVIDADE ESPECIAL NO RGPS PARA O RPPS	395
6. MANDATO ELETIVO E LEI 10.887/04	397
7. FILIAÇÃO OBRIGATÓRIA NO RGPS DAQUELE ORIUNDO DO RPPS	397
8. RPPS E APOSENTADORIA ANTERIOR NA PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA	397
9. FILIAÇÃO FRAUDULENTE NO RGPS	398
10. APOSENTADORIA CASSADA NO RPPS	398
CAPÍTULO 5 – RESPONSABILIDADE CIVIL	399
1. DA ADMINISTRAÇÃO	399
1.1. DEMORA NA PERÍCIA MÉDICA POR GREVE DE SERVIDORES	399
1.2. CANCELAMENTO OU NEGATIVA DE BENEFÍCIO	400
1.3. DESCONTO EM BENEFÍCIO	400
1.3.1. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	400
1.3.2. POR PAGAMENTO INDEVIDO	401
1.3.3. DE CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS	402
2. DO ADMINISTRADO	403
2.1. POR DOLO, FRAUDE OU MÁ-FÉ	403
2.2. DE BOA-FÉ POR ERRO ADMINISTRATIVO	403
CAPÍTULO 6 – DIREITO PROCESSUAL	404
1. EXAME DA LEGALIDADE DO ATO DE CONCESSÃO	404
2. COMPETÊNCIA	405
2.1. DELEGADA E JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS	405

2.2. RENÚNCIA TÁCITA	405
3. LEGITIMIDADE AD CAUSAM	406
3.1. DOS HERDEIROS	406
3.2. DIREITO PERSONALÍSSIMO	407
3.3. MORTE DO OUTORGANTE ANTES DO AJUIZAMENTO	408
4. PREJUDICIAIS DE MÉRITO	408
4.1. PRESCRIÇÃO	408
4.1.1. LEVANTAMENTO DE PRECATÓRIO E RPV	408
4.1.2. ULTERIOR INCLUSÃO DE ENTE PÚBLICO FEDERAL	410
4.1.3. MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO DE COBRANÇA	410
4.1.4. DE FUNDO DE DIREITO	411
4.2. DECADÊNCIA AOS CASOS DE INDEFERIMENTO	412
5. COISA JULGADA	412
5.1. JUDICIAL	412
5.2. ADMINISTRATIVA	414
6. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DIVERSO DO PEDIDO ADMINISTRATIVO	415
7. PROCESSO JUDICIAL EM CURSO E CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ULTERIOR	416
8. TUTELA ANTECIPADA POSTERIORMENTE REVOGADA	417
9. REGIME DE COMPENSAÇÃO ENTRE VALORES DE BENEFÍCIOS INACUMULÁVEIS	421
10. FUNGIBILIDADE ENTRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	422
11. PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO	423
11.1. QUESTÃO PROCESSUAL (ENUNCIADO 43 DA SÚMULA DA TNU)	423
11.1.1. ÔNUS DA PROVA EM CAUTELAR DE EXIBIÇÃO	423
11.1.2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	424
11.2. QUESTÃO CONSTITUCIONAL PENDENTE NO STF	424
12. AÇÃO COLETIVA X AÇÃO INDIVIDUAL	425
13. PRECATÓRIO / RPV	426

PARTE 10

SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS REGIONAIS E TURMAS RECURSAIS	427
---	-----

CAPÍTULO 1 – PRIMEIRA REGIÃO	428
---	------------

CAPÍTULO 2 – SEGUNDA REGIÃO	432
--	------------

1. TRU DA 2ª REGIÃO	432
2. SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS QUE COMPÕEM A 2ª REGIÃO	435
CAPÍTULO 3 – TERCEIRA REGIÃO	451
CAPÍTULO 4 – QUARTA REGIÃO	455
1. TRU DA 4ª REGIÃO	455
2. SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS QUE COMPÕEM A 4ª REGIÃO	456
CAPÍTULO 5 – QUINTA REGIÃO	458
CAPÍTULO 6 – SEXTA REGIÃO	462
 PARTE 11	
QUESTÕES DE ORDEM DA TNU	469
 PARTE 12	
REGIMENTO INTERNO DA TNU	487
 PARTE 13	
REGIMENTOS INTERNOS REGIONAIS E LOCAIS	509
CAPÍTULO 1 – 1ª REGIÃO	509
CAPÍTULO 2 – 2ª REGIÃO	534
CAPÍTULO 3 – 3ª REGIÃO	565
CAPÍTULO 4 – 4ª REGIÃO	585
CAPÍTULO 5 – 6ª REGIÃO	604